

A luta anticapitalista na nova (?) fase do imperialismo

Edison Riuitiro Oyama¹

Resumo: trata-se de investigar e analisar o imperialismo contemporâneo – *capitalismo senil, nova fase do imperialismo* - no qual o capital financeiro elegeu os negócios especulativos como *Midas*, exacerbando a rapinagem e a espoliação de forças produtivas, do meio ambiente e de estruturas institucionais em nível mundial, transformando a burguesia numa *camarilha* destinada a destruir comunidades e nações para transformá-las em meras zonas de saque. Causa e efeito dos processos de concentração e centralização do capital, bem como da exacerbação máxima da atual concentração da riqueza, esse núcleo dominante tem poder e atuação mundial e estende seus tentáculos sobre nações e instituições. Em conluio com burguesias locais, reduzem a política e o Estado a operadores de seus interesses e necessidades, de maneira que nos países periféricos, essa situação assume contornos mais dramáticos e cria um clima de desordem e decadência social generalizados. Nesse contexto, inexistem e esgotaram-se quaisquer possibilidades de implantação de políticas neokeynesianas ou anticíclicas, daí a consequente impossibilidade, por parte de setores subalternos e médios, de se obter ganhos ou conquistas junto ao aparato do Estado e dos governos. Sendo assim, é preciso ingressar numa luta verdadeiramente anticapitalista a partir “dos de baixo”, mediante a rebeldia e o protagonismo das massas humanas, abolindo o fetiche da propriedade privada, do consumo e do *ethos* burguês, com a criação, invenção e construção de formas de convivência solidárias, heterogêneas, coletivas, correspondentes a espaços culturais, econômicos, políticos e educacionais diversos, capazes de satisfazer a todas as necessidades básicas de sobrevivência do ser humano.

Palavras-chave: capital financeiro; capital fictício; crises do capitalismo.

The anti-capitalist struggle in the new (?) Phase of imperialism

Abstract: it is a question of investigating and analyzing contemporary imperialism - *senile capitalism, a new phase of imperialism* - in which financial capital has chosen speculative business like *Midas*, exacerbating the plunder and plundering of productive forces, the environment, and institutional structures at the mundial level, transforming the bourgeoisie into a clique designed to destroy communities and nations to turn them into mere service zones. Cause and effect of the processes of concentration and centralization of capital, as well as of the maximum exacerbation of the current concentration of wealth, this dominant nucleus has world power and performance and extends its tentacles on nations and institutions. In collusion with local bourgeoisies, they reduce politics and the State to operators of their interests and needs, so that in peripheral countries this situation takes on more dramatic lines and creates a climate of widespread disorder and social decay. In this context, no possibilities exist for the implementation of neo-Keynesian or countercyclical policies, hence the consequent impossibility, on the part of the junior and middle sectors, of gaining or conquering the state apparatus and of the governments. Thus, it is necessary to enter into a truly anticapitalist struggle from the "lower", through the rebellion and protagonism of the human masses, abolishing the fetish of private property, consumption and the bourgeois *ethos*, with the creation, invention and construction of forms of solidarity,

¹ Universidade Federal de Roraima. E-mail para contato: erioyama@gmail.com

heterogeneous, collective, corresponding to diverse cultural, economic, political and educational spaces, capable of satisfying all basic human survival needs.

Keywords: financial capital; fictitious capital; crises of capitalism.

Introdução

Nosso objetivo com o presente artigo foi tratar da financeirização econômica: suas características principais, origens, consequências e implicações para o mundo e para o Brasil. Decorrente dos arranjos e desdobramentos da crise de 1970, sua origem remonta a década de 1960. Alçada à condição de “estrato superior” de valorização e para onde aflui a maior parte da riqueza produzida socialmente, a financeirização exacerba e intensifica as contradições e problemas inerentes ao modo de produção capitalista, bem como coloca em xeque seu funcionamento e continuidade. Concentração e centralização da riqueza e de capitais; aumento exponencial da exploração e espoliação de forças produtivas; hierarquização do mundo; exclusão da produção e do consumo de continentes, países e territórios; intensificação da luta de classes. Esses são alguns dos resultados mais aparentes da proeminência do capital financeiro-fictício.

Assim, além desta *Introdução* e das *Considerações Finais*, o artigo está organizado nos seguintes itens: 1 A financeirização como *Midas* do capitalismo contemporâneo; 2 As origens da financeirização; 3 O trágico canto da sereia, ou as consequências e desdobramentos; 4 A soberania do Estado como uma piada de mau gosto.

1 A financeirização como *Midas* do capitalismo contemporâneo

Em sentido lato, imperialismo designa um movimento político-econômico que se estabelece entre Estados, territórios, classes, frações de classes e grupos sociais, cuja reprodução reitera-se historicamente. Tal fenômeno caracteriza uma hierarquização do espaço político e econômico mundial, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração. Essa hierarquização é construída e mantida de forma concreta, por meio de processos que articulam poder econômico, político, militar, cultural² etc., definindo dominantes e dominados. Seu elemento essencial é a “[...] tendência expansiva do capital [...]” (MASCARO, 2013; p.101).

² A respeito da importância atribuída à cultura na difusão do “american way of life” e o papel de intelectuais na política, sugerimos a leitura do instrutivo e interessante texto produzido pela Agência Central de Inteligência dos EUA (UNITED STATES OF AMERICA, 2011).

Ao considerar-se o imperialismo como uma etapa do modo de produção capitalista, nossa compreensão é a de que, no capitalismo atual, a “[...] financeirização é o padrão sistêmico de riqueza [...]” (BRAGA, 1998; p.195). Assim, *financeirização* refere-se à valorização do capital que ocorre predominantemente na esfera financeira, como expressão geral da definição e geração da riqueza. Trata-se um padrão *sistêmico*, porque a financeirização está constituída por elementos fundamentais do capitalismo que se encontram entrelaçados, imbricados e dependentes, estabelecendo uma dinâmica estrutural e global, de acordo com os princípios e a lógica das finanças.

Nesse sentido, ela não decorre “[...] apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificado a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado.” (BRAGA, 1998, p.196)

É no nível da produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de variadas formas do trabalho humano, mas atualmente, é a esfera financeira que comanda cada vez mais a destinação social dessa riqueza (CHESNAIS, 1996; p.15). Em outras palavras, o que é a financeirização: quando a valorização de capitais e de acumulação da riqueza torna-se generalizada e dominante a partir de operações bancárias e financeiras, “[...] com dominância nos planos macro e microeconômico, a partir de um leque amplo de ativos financeiros que concorrem com os ativos produtivos com ampla margem de vantagens no que concerne à liquidez, risco e rentabilidade [...]” (BRUNO, 2010, p.82). Tais operações constroem e ocorrem dentro de uma macroestrutura financeira, na qual

dão-se as atividades monetário-financeiras e patrimoniais de um conjunto de instituições formado pelos bancos centrais relevantes, pelos grandes bancos privados, por diversas organizações financeiras – corretoras, seguradoras, fundos de investimento -, pelas grandes corporações industriais e comerciais, pelos proprietários de grandes fortunas. Estes agentes operam, em várias praças financeiras a valorização e desvalorização das moedas, dos ativos financeiros e dos patrimônios em geral, enquanto papéis representativos da riqueza; gerindo os mercados interligados de crédito e de capitais; ampliando as transações cambiais autonomizadas em relação ao comércio internacional; direcionando, em síntese, a alocação da “poupança financeira” e da liquidez internacional. (BRAGA, 1998, p.222)

São operações que excedem de forma exorbitante o PIB mundial, as transações do comércio internacional e da produção industrial, de maneira que a “[...] hipertrofia financeira aparece no centro da economia global [...]” (BEINSTEIN, 2001; p.122). A propósito, algumas evidências são irrefutáveis. Em 1970, as transações

cambiais eram da ordem de 20 bilhões de dólares; em 1995 multiplicaram-se por 65, alcançando a cifra de 1,3 trilhão de dólares; em 1998 superavam 2 trilhões. Em 1995, a totalidade de “papéis” emitidos pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão aproximou-se de 40 trilhões de dólares, quase o dobro da soma de seus PIBs. A evolução e o ritmo dos negócios com derivativos³ também são muito expressivos. Em 1991 totalizavam 4,4 trilhões de dólares; em 1993, 8,4 trilhões; em 1996, 24 trilhões e em 1997 aproximadamente 41 trilhões (!).

Trata-se de um “estrato superior” do capital que se realiza num espaço de valorização específica, que limita e até se contrapõe aos investimentos produtivos. Sendo assim, dado o volume de transações que o capital fictício representa, bem como suas prioridades, necessidades, movimento e temporalidade, é ele quem dita o comportamento das principais empresas e centros de decisão capitalistas como um todo, além de interferir também no nível e na orientação de outros setores produtivos (telecomunicações, mídia, serviços financeiros, setores de saúde e *educação privados* etc.) (BRAGA, 1998; CHESNAIS, 1996; p.16).

Neste momento, convém analisar e distinguir capital portador de juros e capital fictício.

Capital portador de juros é quando o dinheiro assume outra função além das de medida de valor, meio de pagamento, meio de entesouramento etc. Neste caso, ele se torna *valor de uso como capital*, na condição de uma mercadoria a ser emprestada a outro capitalista e que é agregada ao ciclo de valorização ao nível produtivo, findo o qual o emprestador do capital portador de juros auferir seu lucro em decorrência do juro extraído da atividade produtiva. De maneira que o “[...] capital portador de juros só possui direito à parte da mais-valia, sendo estéril na geração de valor. A apropriação de uma parcela da mais-valia, na forma de juros, é a lógica do capital monetário portador de juros, de forma que seu proprietário pode auferir lucros periodicamente pelo simples fato de conceder o uso de seu capital para outros.” (COGGIOLA, 2012; p.27).⁴

Já o capital fictício é diferente do capital portador de juros. Ele surge do ganho especulativo que o possuidor de títulos ou ações auferir no mercado de capitais.

³ Derivativos são títulos derivados de ações ou obrigações, que especulam com alterações de preços no futuro. São negociados na bolsa de valores ou fora dela e também podem ser usados como garantia para outros negócios em bolsa ou para créditos. Quando esses derivativos perdem seu valor subitamente, afetam também o negócio que deveriam garantir. (COGGIOLA, 2012, p.17)

⁴ Talvez o exemplo mais simples e usual seria o dinheiro que o banqueiro empresta ao capitalista produtivo, que o emprega na produção. Assim, após a realização do ciclo do capital produtivo e auferido o lucro, parte dele é subtraído e pago ao banqueiro.

Na especulação⁵ há um “descolamento” da concretude da produção da riqueza, pois o preço real não aparece - apenas barras, dinheiro, notas, letras de câmbio, operações virtuais. Assim, o capital fictício é uma

parcela do capital que se reproduz autonomamente, dissociada do valor efetivamente investido na produção e da extração da mais-valia. Ele tem que ser considerado em seu caráter contraditório: fictício do ponto de vista social, e real do ponto de vista do capitalista individual que o detém. Embora não amplie o montante de mais-valia produzida a cada período, atua na repartição dessa mais-valia na esfera da circulação, ampliando a parcela desta que cabe a seu detentor (na divisão da mais-valia produzida), aumentando a concentração de capitais. (IDEM, *ibidem*, p.29)

O capital fictício tem sua origem no capital financeiro, ou aquele decorrente da fusão entre o capital bancário e produtivo, no qual o banco, ou o operador do crédito, empresta o capital ao capital produtivo, que vai aplicá-lo no processo produtivo. Como a valorização e a extração da mais valia ocorre num lapso de tempo determinado, ambos os capitais acabam por se fundir.

2 As origens da financeirização

Entre 1945-1975, houve uma onda de crescimento, em que o capitalismo (os “trinta anos gloriosos” - mesmo que restrito aos países capitalistas centrais) apresentou uma média de crescimento da taxa do trabalho de 3% ao ano e um crescimento médio do PIB anual (1950-1973) de 3,93% para os EUA, 9,29% para o Japão, 5,68% para a Alemanha e 4,91% mundo (COGGIOLA, 2012; p.10).

Contudo, o modelo de desenvolvimento capitalista forjado nas décadas de 1940-1960 não foi homogêneo em termos temporais e estruturais para todos os países. Essencialmente, ele foi baseado na intervenção estatal, no consumo popular e no protecionismo industrial. De modo que esse movimento,

que se prolongou durante a década de 1960, terminou por formar importantes áreas de empresas públicas, alguns sistemas de previdência social, de gratuidade de serviços de saúde e educação que, somados à instauração de direitos trabalhistas, ao crescimento dos sindicatos e a outros progressos sociais, constituíam escudos protetores (das classes baixas) estrategicamente fracos, bastante vulneráveis às pressões dos países centrais. Muitas dessas experiências mostraram governos espremidos entre as bases populares emergentes, as burguesias industriais locais (que queriam ao mesmo tempo mercado interno e maiores ganhos, mais compradores locais e menos direitos trabalhistas), burocracias civis e militares, pressão dos EUA e mesmo das velhas aristocracias nacionais. (BEINSTEIN, 2001; p.235)

Ou seja, o modelo estruturava-se sobre o padrão fordista de produção e seu consequente consumo massificado, mas também dependia do funcionamento do acordo

⁵ Consultar o item 2 deste trabalho.

de Bretton Woods, com a prevalência de um regime monetário internacional estável, que tinha como pivô o sistema de paridades fixas entre moedas. Chesnais (1996, p.300) cita três modelos de formas institucionais essenciais que asseguraram o crescimento, a expansão e a estabilidade do sistema, entre 1950-1975:

Os primeiros são os que permitiram gerir, no sentido do crescimento, uma das consequências mais centrais da acumulação capitalista: ter feito do trabalho assalariado a forma absolutamente predominante de inserção social e de acesso à renda. Até o começo da década de 1970, o sistema soube gerar, por meio dos elementos constitutivos da relação salarial fordista, um nível de emprego assalariado suficientemente alto e suficientemente bem pago para preencher as condições de estabilidade social e, ao mesmo tempo, criar os traços necessários à produção de massa (isto é, para assegurar o “fechamento macroeconômico”). Os segundos são os que criaram, ao nível monetário e financeiro, um ambiente monetário internacional estável. Este era baseado em taxas de câmbio fixas entre moedas soberanas em seu mercado interno, mas estava marcado também por instituições e mecanismos que criavam um grau significativo de subordinação das finanças às necessidades da indústria. Mas o mais importante era a existência de Estados dotados de instituições suficientemente fortes para impor ao capital privado disposições de todo tipo e disciplinar o seu funcionamento, e dispor de recursos que lhes permitiam, tanto suprir as deficiências setoriais do investimento privado, como fortalecer a demanda.

Portanto, depois das catástrofes econômicas de 1920-1930, no período após a Segunda Guerra Mundial, o mercado de capitais era controlado pelo que Belluzzo (2005) chama de “repressão financeira”: o lastro e a paridade ouro-dólar; a prevalência do crédito bancário para investimento e financiamento da produção; a separação clara entre bancos comerciais e demais intermediários financeiros; o controle quantitativo do crédito; a imposição de tetos para taxas de juros e a restrição à livre movimentação de capitais.

No que tange principalmente aos países capitalistas centrais, um dos fundamentos do padrão de riqueza era que o sistema de financiamento e investimento produtivo baseava-se na obtenção de lucros internos das empresas, no crédito bancário de curto e médio prazos e na propriedade de fundos estáveis existentes no mercado acionário e de títulos. Assim, o sistema financeiro encontrava-se regulado, porque havia tetos para as taxas de juros na captação do dinheiro, para os empréstimos bancários, para as transações financeiras entre instituições etc. Ou seja: embora operações em bolsas de valores também financiassem atividades produtivas, a circulação do dinheiro necessário para investimento na produção centrava-se principalmente em instituições financeiras “tradicionais” (bancos), de maneira que o sistema como um todo encontrava-se relativamente estável, controlado e regulado (BRAGA, 1998; p.201).

Dessa forma, em sua totalidade, a “massa de dinheiro circulante” era predominantemente direcionada e empregada em investimentos no setor produtivo da economia. E o dinheiro que se ganhava especulando no mercado de capitais não tinha condições de competir com os ganhos no setor produtivo, porque havia restrições econômicas para isso: os juros, o câmbio e a inflação eram controlados e relativamente estáveis, o mercado era regulado, os bancos tinham a função creditícia definida, etc.

Porém, esse modelo de produção de riqueza começou a ruir, em consequência da eclosão de vários elementos combinados.

Sob o ponto de vista dos fundamentos econômicos, a partir de meados da década de 1960 instaura-se uma onda longa descendente, cujas evidências relacionam-se com a queda: do lucro bruto e da taxa de lucro das principais empresas capitalistas; da utilização da capacidade produtiva da indústria; da taxa de produção industrial e do PIB dos principais países capitalistas; das taxas de ocupação e emprego etc. (COGGIOLA, 2012; p.34-35; MANDEL, 1990). A propósito, os índices das taxas médias de crescimento mundial do PIB ao longo dessas décadas são bastante significativas: 5%, para 1960-69; 3,9%, para 1970-79; 3,0%, para 1980-89; 1%, para 1990-93 (COGGIOLA, 2012; p.11).

Consequentemente, com a intenção de conter e compensar a queda da taxa de lucro, as principais empresas capitalistas iniciaram o processo de *reestruturação e transnacionalização* de seus parques produtivos, bem como começaram a adotar práticas financeiras mais arriscadas e inéditas, “[...] tanto no modo de bancar seus investimentos produtivos, quanto na procura de uma rentabilidade geral, operacional e não-operacional.” (BRAGA, 1998; p.207). Isto é, seus investimentos fixos começaram a ser financiados por fontes externas a elas, endividando-as, na expectativa de que seus lucros operacionais futuros sancionassem tal procedimento. Além disso, elas aumentaram suas operações com ativos financeiros, que promoveram ganhos de natureza não operacional. As consequências decorrentes de tais práticas foram o endividamento para financiar atividades operacionais com base em ativos financeiros e o aumento das operações e ganhos de natureza não operacional.

Conforme exposto anteriormente, na medida em que o sistema como um todo encontrava-se regulado e controlado (controle quantitativo do crédito, imposição de tetos para taxas de juros, restrição à livre movimentação de capitais, controle do câmbio, paridade monetária etc.), as grandes corporações capitalistas foram buscar e

iniciar novas formas de ganhos⁶. Trata-se do fenômeno que Beinstein (2001, p.132) denomina de “financeirização empresarial”⁷, em que se fundiram o capital empresarial e o capital especulativo, formando praticamente um único capital:

A financeirização empresarial foi causa e efeito dos processos de desaceleração econômica e hipertrofia financeira. Trata-se de um movimento duplo: por um lado as empresas ingressaram no campo dos negócios financeiros, e por outro os grupos financeiros se instalaram nas estruturas empresariais.

Os grupos econômicos cada vez mais concentrados encontraram na especulação a compensação para os rendimentos insuficientes de suas atividades. Isso produziu um desvio crescente de fundos que afetou negativamente a produção e o emprego. Estes negócios se multiplicaram; títulos da dívida pública, ações e outros papéis ofereciam bons ganhos sem necessidade de esperar por longos prazos. No seio destes grupos tiveram importância cada vez maior os serviços e departamentos consagrados ao negócio financeiro.

Mas as empresas não só dispunham de excedentes; também necessitavam de fundos para financiar suas operações tecnológicas e comerciais, cada vez mais duras e caras. Puderam então recorrer ao mercado e aproveitar as desregulamentações para nele colocar ações e obrigações. Isto introduziu em suas diretorias representantes de grupos financeiros cuja visão modificou de maneira decisiva o comportamento das empresas.

Começou então a formar-se um espaço offshore de valorização e de atração de capitais, que Chesnais (1996, p.251) denomina de *euromercados*. Trata-se de um mercado de dinheiro por atacado, onde são negociados grandes somas de dinheiro. É um ambiente paralelo e interbancário, que acabou por se tornar tão ou mais poderoso que o sistema bancário oficial; sem travas, sem legislação e cada vez mais sob o abrigo dos Estados. Com valorização puramente financeira, mas com alta lucratividade, esses espaços se tornaram muito mais atraentes, favorecendo a queda da rentabilidade dos capitais investidos na indústria, os quais migraram para a esfera financeira.

Mas foram certos governos que permitiram que o capital monetário concentrado se livrasse dos entraves das legislações nacionais e se expandisse sem submeter-se a mecanismos de controle na criação do crédito. Dessa forma, os euromercados tiveram sua primeira grande acolhida na City de Londres, com crescimento exponencial: em 1952, os eurodólares movimentavam aproximadamente 2 bilhões de dólares; em 1960 aproximadamente 4,5 bilhões; em 1973, 160 bilhões; a partir de 1973, o montante duplicou a cada três anos, até 1981. Era um dinheiro que não tinha pátria nem pagava impostos e com o tempo, foram aumentando as praças em que

⁶ O autor nos informa que antes da dominância da financeirização na economia, as empresas destinavam boa parte dos seus recursos em investimentos produtivos e pouco à compra de ativos financeiros. Atualmente ocorre o contrário (BEINSTEIN, 2001).

⁷ Ainda, de acordo com Beinstein, esse avanço na especulação também ocorreu com os bancos, cujas atividades tradicionais foram complementadas ou substituídas pelos novos negócios especulativos.

ele era aplicado: Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Cayman e outros paraísos fiscais.

Era uma massa de dinheiro que se valorizava fora do controle dos bancos centrais e dos mecanismos de controle dos Estados e desde sua origem, foi controlado e concentrado em poucos bancos de investimentos especializados.

Ou seja, uma a uma, as “travas regulatórias” ao movimento geral do capital financeiro antes existentes foram sendo derrubadas, em que as palavras de ordem foram a desregulamentação, a liberalização e a desintermediação.⁸

Crucial nesse processo foi a dissolução do acordo de Bretton Woods, ou a derrocada do padrão ouro-dólar, cujos principais motivos foram: 1) o aumento generalizado da inflação, tornando insustentáveis os limites impostos às taxas de juros; 2) a criação do euromercado e das praças offshore, estimulados pelo excesso de dólares produzido pelo déficit crescente da balança de pagamentos dos EUA, pela reciclagem dos “petrodólares” e pelas operações de grandes conglomerados empresariais; 3) a substituição das taxas fixas de câmbio pelas de taxas flutuantes a partir de 1973.

Logo, houve a paulatina liberalização e desregulamentação do movimento de capitais, com a consequente instabilidade das taxas de câmbio e de juros. Por sua vez, a desregulamentação financeira propiciou a criação de mais inovações, concomitantemente à emissão títulos de dívidas de Estados e empresas.

Outro momento decisivo foi a elevação das taxas de juros nos EUA em 1979, juntamente com a emissão de seus títulos da dívida, que proporcionou a supremacia do dólar como moeda central do mercado financeiro. A partir daí, os Estados Unidos forçaram a liberalização e a desregulamentação de todos os sistemas financeiros dos outros países, sobretudo Ásia e América Latina, promovendo a proeminência do capital financeiro, cujos principais *players* são os administradores da massa de ativos mobiliários (fundos mútuos, fundos de pensão, seguradoras etc.).

Por sua vez, as taxas de juros flutuantes, combinadas com o câmbio flutuante, forçaram os países centrais a estipular metas para a inflação com o argumento de estabilizar preços, mas o que ocorreu realmente foi o fomento à especulação com o

⁸ “Convém distinguir três elementos constitutivos no estabelecimento da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais. De fato, existe uma interação e um profundo entrelaçamento entre esses três processos. O conceito de ‘globalização financeira’ abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e a novas interdependências entre os segmentos do mercado, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes.” (CHESNAIS, 1996; p.261)

câmbio, o que aumentou o risco dessas operações, estimulando a criação de operações cujo objetivo era proteger os investidores de variações bruscas – os derivativos⁹. Contudo, de modo trágico, senão cômico, ao invés de trazer estabilidade, os derivativos tornaram o mercado ainda mais instável, desregulado, imprevisível e liberalizado, juntamente à intensa informatização, velocidade e operações *on line*, realimentando e potencializando a criação de bolhas especulativas.

3 O trágico canto da sereia, ou as consequências e desdobramentos

É lícito afirmar que as operações do capital fictício assumiram uma dimensão, em termos qualitativos e quantitativos, nunca antes vista na história do capitalismo. Livre das amarras expostas no *item 2* deste trabalho, houve imensa expansão, diversificação e complexificação dos produtos negociados nos mercados financeiros, que se expandiram para além das operações em bolsa de valores, embora ela seja o *locus* privilegiado desses negócios. Ademais, a conexão das operações entre os capitais fictício, bancário, comercial e industrial assumiram uma proporção global, imbricada e interdependente.

Embora tratando do imperialismo e do capitalismo no início do século XX, Hilferding (1985) pode nos auxiliar na compreensão de alguns elementos relativos ao capital financeiro-fictício. Assim, o autor denomina *mercado de capitais* o mercado do comércio de ações, ou o comércio de títulos de capital fictício. Por excelência, o local onde ocorrem tais transações é a bolsa de valores, a qual é um mercado para títulos.

Genericamente, ainda, segundo Hilferding (1985, p.135), os títulos dividem-se em dois principais grupos: 1) ordens de pagamento que representam títulos de dívidas¹⁰; 2) títulos que não significam quantia em dinheiro, mas rendimento, que subdividem-se em dois subgrupos: 2.1) títulos de juros fixo: títulos da dívida pública e obrigações; 2.2) títulos de dividendos e ações. A principal diferença entre os títulos de dívida e as ações é que os títulos de dívida normalmente têm seu rendimento regulado pela taxa de juros, enquanto o rendimento da ação se baseia no ganho sobre um rendimento e não tem lastro ou correspondente em dinheiro.

Contudo, o processo todo tornou-se absolutamente complexo, diversificado e ramificado, com uma variedade imensa de contratos e negócios. Logo, hoje tanto títulos de dívida quanto ações e outros produtos operam fundamentalmente à base da especulação pura e simples, na forma da compra e venda de títulos, que, de acordo com

⁹ Consultar a nota 3.

¹⁰ Na época em que o *Capital financeiro* foi escrito, as principais eram as letras de câmbio.

sua natureza, após sua emissão, ficam “rodando” no mercado de capitais. Ou seja, o título “vai e vem”, e é nesse movimento que ocorre a especulação. Assim, o ganho do especulador

não consiste em participação alguma no lucro [da empresa] – ele eventualmente ganha também com o lucro em baixa -, mas na variação dos preços, quando, num momento dado, pode comprar mais barato do que vendera anteriormente, ou vender mais caro do que pagara. Se todos os participantes na especulação agissem numa mesma direção, isto é, se todos previssem simultaneamente que os títulos fossem subir ou baixar, então não poderia absolutamente surgir um lucro. Os lucros só surgem porque se formam avaliações opostas, das quais apenas uma pode se evidenciar como correta. A diferença que, num dado momento, nasce entre compradores e vendedores nas valorizações dos títulos compõe o lucro especulativo de uns e o prejuízo especulativo de outros. [...] São puros lucros diferenciais. Enquanto a classe capitalista como tal se apropria, sem compensação, de uma parte do trabalho do proletariado, obtendo dessa forma seu lucro, os especuladores ganham apenas uns dos outros. O prejuízo de uns é o lucro dos outros. *Les affaires, c'est l'argent des autres*¹¹. (HILFERDING, 1985; p.140)

Portanto, o especulador ganha dinheiro não necessariamente com o aumento do lucro de alguma empresa, “[...] *mas unicamente com as variações dos preços dos títulos de capital* [...]” (IDEM, *ibidem*; p.139, grifos nossos), de modo que ele não conserva os títulos consigo na esperança de auferir lucros com o aumento do lucro de uma empresa, mas procura ganhar dinheiro apenas com a compra e venda desses títulos.

Consequentemente, a especulação propicia a formação de “bolhas”, como as que aconteceram recentemente – em 2001, a bolha das ações de empresas de software (NASDAQ) e em seguida a bolha das ações ligadas às hipotecas *subprime* dos EUA (COGGIOLA, 2012) -, de modo que o capital fictício, “[...] obcecado pelo ‘fetichismo da liquidez’, apresenta comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos [...]” (CHESNAIS, 1996; p.16), cujo fundamento é a fragilidade do sistema, em termos da garantia de liquidez e solvência dos negócios efetuados. Isto é, os

mercados financeiros contemporâneos apresentam grande inclinação a produzir episódios de euforia e de alavancagem imprudente, o que se contrapõe à sua extrema sensibilidade aos riscos de contração súbita de liquidez. Tais episódios de euforia e alavancagem excessiva terminariam em *crashes* espetaculares não fossem as repetidas intervenções de última instância dos bancos centrais mais poderosos. (BELLUZZO, 2005; p.11)

O que são os *crashes* aos quais se refere o autor: “[...] quando os possuidores de riqueza, surpreendidos por movimentos bruscos e não antecipados de preços, são obrigados a liquidar posições, em geral excessivamente ‘alavancadas’, o que aumenta de forma desmesurada os riscos de mercado e de liquidez.” (IDEM, *ibidem*; p.11).

¹¹ “O negócio é o dinheiro dos outros”. Numa tradução livre: o objetivo é ganhar dinheiro dos outros. Em termos singelos: na bolsa de valores, ganha-se dinheiro passando-se a perna nos outros.

Foi o que aconteceu em 2008 no “estouro” da bolha das hipotecas *subprime*: quando a inflação e os juros dispararam, os mutuários das hipotecas não tiveram mais como pagar e refinar suas dívidas, o que gerou “[...] expectativa negativa quanto aos rendimentos futuros das corporações endividadas ou quanto à liquidez das empresas financeiras [...]”; conseqüentemente, ocorreu uma “[...] fuga súbita daqueles títulos, com perdas de capital para os financiadores e, iliquidez, ou mesmo falência dos endividados.” (COGGIOLA, 2012; p.202). Ao final e ao cabo, houve uma quebra generalizada e em cascata de praticamente todos os envolvidos nessas operações, mesmo aqueles vinculados a negócios colaterais aos das hipotecas *subprime*.

De acordo com Beinstein (2001, p.54), a economia global está sob o controle de um reduzido número de grupos industriais, financeiros e comerciais, com concentração extrema do poder econômico. Sobre o assunto, o autor representou o sistema de empresas transnacionais por meio de três círculos concêntricos. No centro, estão não mais do que 50 grupos de empresas que detêm cerca de um quinto do produto mundial (19%). O segundo círculo é composto por 500 empresas que abarcam 40% do produto bruto mundial. Finalmente, o terceiro círculo é composto por não mais do que 35 mil empresas e cerca de 180 mil filiais que cobrem mais da metade do produto bruto mundial (51%). Assim, são essas empresas globais que detêm quase a totalidade da estrutura produtiva mundial avançada, governa o comércio, o setor de serviços e converteu a especulação financeira no centro da sua dinâmica de negócios.

Por sua vez, Braga (1998, p.221) denomina-as de “megacorporações”, que atuam na produção, no comércio e nas finanças e que em 1995, detinham 13 trilhões de dólares aplicados em ativos financeiros, de maneira que estas

corporações são os agentes ativos da financeirização, ocupando posições determinantes na circulação monetário-financeira mundial, ao lado dos grandes bancos e demais organizações. Dessa maneira influenciam decisivamente a evolução de parâmetros de rentabilidade, como as taxas de juros, as taxas de câmbio, as taxas de capitalização das bolsas de valores, os índices de valorização patrimonial. Suas articulações com o sistema financeiro tornam-nas também atores preponderantes na distribuição internacional do crédito em geral, e da liquidez, além do seu já conhecido papel na geografia da alocação dos investimentos fixos e do progresso tecnológico, bem como das características do comércio internacional.

Ou seja, o “rentismo” não é mais especialidade nem exclusividade dos detentores de fortunas pessoais, do setor bancário ou das empresas do setor financeiro. A preponderância das finanças nas corporações industriais “[...] vem a ser um elemento determinante do rentismo-corporativo contemporâneo.” (IBIDEM, idem; p.220). Em

última instância, do ponto de vista macroeconômico, ocorre um entrelaçamento entre os ramos rentistas, produtivos e comerciais.

Portanto, a financeirização recrudescer os processos de concentração e centralização do capital em nível planetário, favorecendo megacorporações, demais detentores do capital financeiro-fictício e proprietários de grandes fortunas, agudizando também a luta de classes, pois a renda que é ganha ao nível da produção é drenada pela esfera financeira. Salários, títulos da dívida e orçamentos dos Estados, fundos de aposentadorias, ao ingressarem na esfera das finanças, modificam-se e buscam a lucratividade máxima. Ou seja, são sugados para a esfera da circulação, num aparente descolamento entre a produção e a circulação.

Contudo, o “descolamento” das esferas financeira e produtiva em geral é apenas aparente, pois as leis fundamentais do modo de produção capitalista continuam a operar de forma inderrogável. Nesse caso, a superprodução de capitais mantém estreita relação com a formação de bolhas especulativas e seu “estouro” tende a expressar a necessidade de recomposição estrutural entre a produção-circulação.

Na medida em que a financeirização operou uma interligação e entrelaçamento entre o mercado de capitais, creditício, de câmbio, etc., bem como entre bancos, demais intermediários financeiros e megacorporações, uma crise financeira tende a se alastrar por todos os outros mercados e abalar a economia como um todo. Foi o que aconteceu com a crise das hipotecas subprime em 2008.

Em situações como essa, o último bastião de salvaguarda do capitalismo é o Estado, que em 2008 transferiu dezenas de trilhões de dólares dos tesouros nacionais ao redor do mundo para salvar instituições financeiras, bancos, seguradoras, grandes conglomerados industriais e pessoas físicas da bancarrota.

Conforme dissemos anteriormente (*item 1*), o imperialismo caracteriza uma hierarquização econômico-política. Isto é, para o capital financeiro-fictício, em termos da espoliação e extração da mais-valia e da renda social, não é todo o planeta que interessa, mas apenas parte dele. O mundo é dividido em regiões e continentes que não participam nem interessam ao processo de financeirização, mas que necessariamente são atingidos e prejudicados por suas contradições, numa condição de marginalização e exclusão da produção e do consumo. Surpreendentemente, isso pode ocorrer tanto em relação a continentes, países e territórios, quanto a locais ou territórios presentes nos países capitalistas centrais (CHESNAIS, 1996; p.17-18).

O mundo se torna um local para se auferir lucros rápidos, obtenção de matérias-primas, “desova” de mercadorias/bugigangas, especulação financeira; a ser partilhado em termos das necessidades, interesses, mandos e desmandos do capital financeiro. As “vantagens comparativas” oferecidas pelos Estados podem ser mão de obra barata, incentivos fiscais, matérias primas, commodities, ciência/tecnologia, potencial de consumo, demanda, escoamento e comercialização de mercadorias etc.

No caso dos EUA, nas décadas de 1980-1990, a maior mobilidade do capital financeiro fomentou a deslocalização espacial de indústrias e a centralização do capital produtivo, constituindo dois tipos de regiões periféricas: 1) aquelas cuja inserção internacional se faz pelo comércio, atração de IED, produção e exportação de manufaturados; 2) aquelas que buscaram sua integração mediante a abertura da conta de capitais. No caso da China e dos “Tigres asiáticos”, o modelo de integração ao comércio mundial se deu pelo “modelo 1”, com saldo positivo com os EUA, mas deficitário com o resto da Ásia. Assim, a China ficou entre a demanda dos EUA e a oferta das economias exportadoras de recursos naturais (Brasil incluído). Esse foi o modelo de crescimento adotado, com crescimento acelerado, exportação, atração de IED e investimento em ciência e tecnologia (BELLUZZO, 2005).

Nesse caso, o Brasil inseriu-se no “modelo 2”: abertura ao capital estrangeiro, crédito abundante, valorização da moeda, altas taxas de juros básicos, execução de superávits primários para pagamento dos serviços das dívidas internas e externa. O que no final das contas acentuou a vulnerabilidade externa. Nesse modelo, a atração de capitais garante o lastro da moeda local, mas numa crise especulativa é preciso subir os juros básicos, o que aumenta o estoque da dívida interna. O modelo de valorização do real e manutenção de taxas de juros elevadas promoveram a privatização de empresas públicas, desnacionalização da economia, regressão do setor produtivo.

Por sua vez, o endividamento externo e interno torna a política fiscal draconiana, exigindo superávits primários com uma política fiscal cruel, diminuindo os gastos sociais. Dessa forma, desnacionalização, desindustrialização, privatização, regressão social, perda de direitos adquiridos são algumas consequências nefastas e inevitáveis.

4 A soberania do Estado como uma piada de mau gosto

Para Mascaró (2013) o Estado é um elemento fulcral da sociabilidade no modo de produção capitalista. Não necessariamente decorrente de uma derivação lógico-funcional direta e mecânica do capital, ele se constitui e institui como ente

fundamental na reprodução do sistema. Contudo, é palco de disputas, conflitos, interesses, provenientes de classes e frações de classes, grupos de interesses, partidos, sindicatos, de maneira que

o Estado é o espaço privilegiado da luta de classes. Na realidade, ele é o *locus* de encontro das classes sociais e arena principal do conflito de classes. Portanto, a ocupação de espaços no Estado (a luta de poder) torna-se um meio fundamental para que classes sociais (e frações de classes) procurem manter ou ampliar sua participação na riqueza e na renda, como sua participação nos campos específicos da autoridade, da influência e do prestígio. Trata-se da luta intra-estatal de poder.

O resultado é que as relações entre Estados no sistema internacional refletem as rivalidades entre as classes sociais em cada país. Ou seja, a luta interestatal de poder no sistema internacional expressa a luta intra-estatal de poder em cada país. (GONÇALVES, 2005; p.74)

Todavia, a financeirização tende a operar uma “simplificação” na lógica de funcionamento intra-estatal e entre Estados. Assim, “[...]a maior liberação do capital financeiro e especulativo fez com que toda a cadeia de produção capitalista passasse a depender de um circuito de decisões econômicas cada vez mais internacional, diminuindo as amarras dos controles políticos dos Estados.” (MASCARO, 2013; p.105). Ainda: “O poder do capital [financeiro-fictício], majorando-se no plano internacional, altera a soberania efetiva e as funções dos Estados nacionais.” (IBIDEM, idem; p.107). Em outras palavras: o capitalismo contemporâneo tende a reduzir o Estado a uma mera engrenagem de transmissão, operadora dos interesses, necessidades, mandos e desmandos do capital financeiro-fictício.

O caso do Brasil na atualidade é emblemático. De um lado, houve a submissão/conluio/decisão de operar segundo o “modelo 2” descrito acima por Belluzzo; de outro, o país padece de uma subserviência e subalternidade patológicas em inserir-se no sistema-mundo oferecendo um portfólio de “vantagens comparativas”: produção de commodities, estabilidade macroeconômica, compromisso em manter e honrar o pagamento referente aos serviços das dívidas interna e externa, incentivos fiscais, abundância de matérias-primas, desindustrialização etc.

A degenerescência/excrescência do aparato estatal segundo o modelo liberal-burguês de representação esgotou-se. Judiciário, Executivo e Legislativo compõem a face trágica, por vezes cômica e hilariante, de um sistema que degrada dia a dia.

Diante desse cenário, de um lado, intensificam-se todos os mecanismos de espoliação de exploração de seres humanos, recursos materiais, financeiros, biodiversidade e natureza; de outro, recrudescem e afloram problemas sociais decorrentes

da perda de direitos sociais, atuação do Estado, desemprego, fome, miséria, exclusão social, violência etc.

Considerações finais

As evidências do real indicam que o capitalismo caminha ou encontra-se num “beco histórico” (COGGIOLA, 2009; p.28): sua forma atual de expansão, mediante a financeirização tende a intensificar e agravar ao extremo as contradições e consequências decorrentes da operação de suas leis iminentes (geral de acumulação, do valor, de tendência à queda da taxa geral de lucros, da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações de produção etc.). Ademais, devido ao seu caráter planetário, estrutural e sistêmico, o capital financeiro também tornou as crises do sistema e a luta de classes virtualmente mundiais, a ponto de abalar os alicerces do sistema, quanto ao seu funcionamento e continuidade.

Beinstein (2001) compara o momento atual com fases pregressas da história da humanidade, em que a degradação interna do sistema resultou em sua destruição, como foi o caso da Roma Antiga. Por sua vez, Coggiola (2012; p.22) nos adverte: “*A fase atual da crise econômica mundial já produziu terremotos sociais sem precedentes nas sete décadas de pós-guerra, e está também produzindo abalos políticos e geopolíticos através dos quais se processa, potencial e gradativamente, a passagem para uma nova era histórica.*” (grifos nossos).

Diante disso, a nosso ver, é imperioso agir em duas frentes simultaneamente. De um lado, atuar na destruição do sistema, intensificando e promovendo a luta de classes. De outro, buscar alternativas e a construção de novas formas de sociabilidade e convivência verdadeiramente *anticapitalistas*, onde prevaleça a solidariedade coletiva; a apropriação e a produção social da riqueza, da educação escolar, moradia, alimentação, saúde, lazer, transporte, trabalho, arte, segurança; organização e tomada de decisões e atividade política predominantemente via representação direta e local.

Referências

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Prefácio In: CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada**. SP: Boitempo, 2005. p.7-16.

BRAGA, José Carlos de Souza Braga. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. (Orgs.). **Poder e dinheiro**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.195-242.

BRUNO, Miguel. Endividamento do Estado e setor financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: FILGUEIRAS, Luiz et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.71-107.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **A crise global**. Porto Alegre: Pradense, 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Agency Intelligence. France: defection of the leftist intellectuals. 2011/05/13. Disponível em:

<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001-5.PDF>. Acesso em: 15 jul.2017.